

ATOS DA FMEL - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE ITAJAÍ

EDITAL Nº. 002/2017 LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

O Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei 2.438, de 07 de março de 1989 e alterações posteriores, o Decreto nº 10.880, de 30 de janeiro de 2017 que estabelece o valor de R\$750.000,00 e em conformidade com a Lei nº 4.513 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.817, de 06 de março de 2006, Decreto nº. 8.129 de 21 de fevereiro de 2007, Decreto nº. 8.430 de 28 de novembro de 2007 e pelo Decreto nº 10.396, de 18 de novembro de 2014, estabelece o prazo para entrega de projetos esportivos a fim de receberem incentivos fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º - Os projetos esportivos de rendimento, comunitário e eventos deverão ser protocolados na Fundação Municipal de Esporte e Lazer – FMEL, nos prazos estabelecidos abaixo:

- **Entrega dos projetos:** 01 de março a 17 de março de 2017.
- **Avaliação da Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE:** 20 a 24 de março de 2017.
- **Publicação Resultado Preliminar:** até dia 24 de março de 2017.
- **Recursos:** até dia 31 de março de 2017.
- **Julgamento dos recursos:** até dia 05 de abril de 2017.
- **Publicação Final dos resultados:** até dia 06 de abril de 2017.

Art. 2º - O valor máximo de cada projeto, para o exercício de 2017 será 10% do valor total destinado em cada categoria, conforme Art. 8º do Decreto nº 7.817 de 06 de março de 2006, ou seja, 10% referente ao percentual disponível para cada categoria.

§ 1º Ficam pré-estabelecidos, pelo Art. 4º do Decreto nº 8.430 de 28 de novembro de 2007, e suas alterações estabelecidas no Art. 1º do Decreto nº 10.396, de 18 de novembro de 2014 os valores para os projetos na ordem de:

- a) formação esportiva de base e manutenção de selecionados 50%; (R\$ 375.000,00)
- b) realização de eventos esportivos 40%; (R\$ 300.000,00)
- c) outras atividades - aquisição de material esportivo, de lazer e recreação e implementos paradesportivos; investimento em cursos de capacitação profissional e eventos científicos (seminários, fóruns, conferências e congressos) 10%. (R\$ 75.000,00)

Art. 3º - Os proponentes serão informados do resultado por meio de publicação oficial no Jornal do Município.

§ 1º Caberá a Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE, quando necessário, readequar os valores dos projetos, aprovando o valor final que lhe for plausível para a execução do mesmo;

§ 2º Da não aprovação do projeto caberá recurso, o qual deverá estar devidamente documentado e fundamentado à própria CAPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão.

§ 3º A CAPE decidirá após nova análise, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis;

§ 4º Não caberá recurso da decisão unânime, segundo o art. 16º, parágrafo único, do decreto 7817 de 06 de março de 2006.

§ 5º O proponente poderá apresentar no máximo três projetos por pessoa física ou jurídica.

Parágrafo Único: Os projetos apresentados por pessoa física deverão ser individuais com as devidas comprovações.

Art. 4º - A captação dos recursos dar-se-á após a emissão do Certificado de Enquadramento emitido pela CAPE e seu término não poderá ultrapassar o exercício fiscal do ano vigente.

Parágrafo Único: O proponente comunicado da aprovação do projeto deve providenciar abertura de conta corrente específica vinculada a Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí, na agência do Banco do Brasil S.A. ou na agência da Caixa Econômica Federal da cidade de Itajaí **em nome do projeto aprovado**.

§ 1º O proponente poderá solicitar a prorrogação temporal por até 03 meses, para execução do projeto com no mínimo 30 dias de antecedência se estiver no ano fiscal.

§ 2º O proponente poderá utilizar o recurso somente após a emissão da autorização de utilização de recursos disponibilizada pela CAPE.

Art. 5º - Da elaboração do projeto

§ 1º O proponente deverá preencher o Formulário de Apresentação de Projetos Esportivos - FAPE, fornecido pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer, disponível na home page www.fmel.itajai.sc.gov.br, acompanhado da seguinte documentação:

I - se pessoa jurídica:

- a) comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) cópia autenticada do estatuto atual conforme novo Código Civil;
- c) cópia autenticada da ata de constituição da entidade;
- d) cópia autenticada da ata de eleição e posse da atual diretoria;
- e) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do representante legal da instituição;
- f) original da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- g) original da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- h) original da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e a Dívida Ativa Municipal;
- i) original da Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- j) original de Regularidade do FGTS (CRF);
- k) cópia autenticada de comprovante de domicílio no Município de Itajaí há, no mínimo, 02 (dois) anos;
- l) Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal, Estadual ou Federal (se houver);
- m) declaração do Profissional de Educação Física com CREF3/SC responsável pelo projeto, com assinatura reconhecida em cartório;

- n) *curriculum vitae* do profissional de Educação Física responsável, que comprove a atuação no setor esportivo;
- o) Cópia da Carteira de Identidade Profissional do CREF3/SC, do profissional de Educação Física responsável e dos demais profissionais que atuarão no projeto;
- p) Certidão de Regularidade do CREF3/SC de todos os profissionais;
- q) Apresentação de 2 (dois) orçamentos no caso de compras de materiais e serviços;
- r) plano de mídia;
- s) Declaração da Abertura de Conta Específica;
- t) Declaração da Aplicação de Recursos;
- u) Declaração de Autenticidade das Informações Prestadas;
- v) Declaração da Contrapartida;
- x) Termo de Responsabilidade;
- z) modelo padrão de projeto da FMEL – Formulário de Apresentação de Projetos Esportivos - FAPE (disponibilizado em: www.fmel.sc.gov.br).

II - se pessoa física:

- a) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF;
- b) *curriculum vitae* que comprove a atuação no setor esportivo;
- c) original da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- d) original da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) original da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e a Dívida Ativa Municipal;
- f) cópia autenticada de comprovante de seu domicílio no Município de Itajaí há, no mínimo, 02 (dois) anos;
- g) declaração do Profissional de Educação Física com CREF3/SC responsável pelo projeto, com assinatura reconhecida em cartório;
- h) *curriculum vitae* do profissional de Educação Física responsável, que comprove a atuação no setor esportivo;
- i) cópia da Carteira de Identidade Profissional do CREF3/SC, do profissional de Educação Física responsável;
- j) Certidão de Regularidade do CREF3/SC do profissional de Educação Física responsável;
- k) apresentação de 2 (dois) orçamentos no caso de compras de materiais e serviços;
- l) plano de mídia;
- m) declaração da Abertura de Conta Específica;
- n) declaração da Aplicação de Recursos;
- o) declaração de Autenticidade das Informações Prestadas;
- p) declaração da Contrapartida;
- q) Termo de Responsabilidade;
- r) modelo padrão de projeto da FMEL - Formulário de Apresentação de Projetos Esportivos - FAPE (disponibilizado em: www.fmel.sc.gov.br).

§ 2º Fica obrigatória a exposição das logomarcas da Prefeitura Municipal de Itajaí, Fundação Municipal de Esporte e Lazer e da Lei de Incentivo ao Esporte, na execução dos projetos, bem como, nos materiais produzidos para o projeto e materiais permanentes adquiridos. As logomarcas estão disponibilizadas no site da FMEL.

Parágrafo Único: Fica vedada a participação dos proponentes que estiverem impedidos de abrir conta específica, bem como ter suas prestações de contas anteriores pendentes ou reprovadas

pelo município, tampouco em débito com a Fazenda Pública municipal, conforme artigo 9º do Decreto nº 7817 de 06 de março de 2006.

Art. 6º - Dos critérios para a aprovação.

Será obedecida a seguinte ordem:

- I - a ordem protocolar - na duplicidade de ações respeitar-se-á a ordem protocolar, desde que o proponente não tenha sido contemplado.
- II - a importância do projeto para com o objetivo estatutário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí;
- III - a importância do projeto para o desenvolvimento dos técnicos, atletas, dirigentes e associações de Itajaí;
- IV - Histórico do proponente;
- V - Relevância para a comunidade atendida;
- VI - Orçamento disponível;
- VII – Público Alvo.

Art. 7º Das principais responsabilidades do proponente

- I – Abrir conta corrente específica e encerrar após o término do projeto;
- II - Encaminhar as 4 (quatro) vias do **Termo de compromisso do contribuinte** (Proponente, contribuinte, Secretaria da Fazenda e CAPE – autos do processo)
- III- Após a captação do recurso, apresentar a CAPE o extrato bancário com a entrada dos valores e retirar na FMEL a **Autorização para utilização do recurso**.
- IV – Prestar contas 30 dias após a realização do projeto, **na FMEL**.

Art. 8º - Da Prestação de Contas

§ 1º A prestação de contas a que se refere a lei n. 4.513/2005 e o decreto n. 7.817/2006, desde que não haja contrariedade, observará no que couber a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2015/CGM**.

§ 2º O proponente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos que lhe forem transferidos à conta do projeto, devidamente endereçada à Fundação Municipal de Esporte e Lazer, e deverá conter os seguintes documentos:

- I – ofício ou carta de apresentação da prestação de contas, com informação do projeto a que se refere;
- II - DECLARAÇÃO da correta utilização do recurso (Anexo XIII) **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2015/CGM** disponível em <http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/d/55>;
- III – BORDERÔ discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar.
- IV – BALANCETE de prestação de contas, assinado pelo representante legal e pelo tesoureiro/contador do proponente (Anexo IX) **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2015/CGM** disponível em <http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/d/55>;
- V – BALANCETE ACUMULADO de execução do projeto, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro (Anexo XI) **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2015/CGM** disponível em <http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/d/55>;

- VI – EXTRATOS BANCÁRIOS da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período (a partir da data do depósito da parcela);
- VII – ORIGINAIS dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, etc.);
- VIII - ORDENS BANCÁRIAS e comprovantes de transferências eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
- IX – As **transferências eletrônicas ou pagamentos com cartão de débito** só poderão ser realizadas após a data do depósito da parcela na conta do proponente (no mínimo de 40% do valor total aprovado com a devida autorização);
- X - DECLARAÇÃO/CARIMBO DE CERTIFICO do responsável nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas (Anexo XII) **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2015/CGM** disponível em <http://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/d/55>;
- XI – CÓPIA do certificado de propriedade, no caso de conserto de veículo automotor, ou gastos com manutenção e combustível;
- XII – CÓPIA autenticada do contrato de locação atualizado, quando do uso do benefício para esta finalidade;
- XIII – Pagamento de pessoa física autônoma deverá ser discriminado em nota fiscal avulsa do município, com o devido recolhimento dos impostos;
- XIV – CERTIDÕES Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS atualizadas;
- XV – Comprovação da Contrapartida, segundo o capítulo VI do Decreto 7.817 de 06 de março de 2006;
- XVI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviços, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação da execução;
- XVII – No caso de recursos não aplicados, estes deverão ser devolvidos a FMEL depositados em conta bancária específica por meio de depósito identificado e anexado comprovante bancário na prestação de contas;
- XVIII – Toda despesa bancária (taxa de manutenção de conta e outras) será por conta do proponente;
- XIX - Para os projetos de pessoa física deverá ser apresentado o comprovante de inscrição oficial de participação no evento esportivo discriminado no plano de trabalho.

Este edital entra em vigor na data da sua publicação.

Itajaí, 24 de fevereiro de 2017.

Fabio Reginaldo dos Rezes
Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí